



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO REGIONAL DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO SUDESTE

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
DE ENGENHARIA Nº 061/GAPSP- CRCEASE/2024,
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO
DO CENTRO REGIONAL DE CONTROLE DO ESPAÇO
AÉREO SUDESTE E A EMPRESA ZWI ENGENHARIA
LTDA.**

União, Ministério da Defesa, por intermédio do **CENTRO REGIONAL DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO SUDESTE**, com sede na Av. Washington Luiz, s/nº, Aeroporto de Congonhas, Edifício da Torre de Controle – 4º andar, Bairro Aeroporto, São Paulo/SP, CEP 04.626-911, inscrito no CNPJ sob o nº **00.394.429/0094-00**, neste ato representado pelo Ordenador de Despesas **Sr.Ten Cel Av FÁBIO LOURENÇO CARNEIRO BARBOSA**, nomeado pelo Boletim Interno Ostensivo do GAP-SP, nº 12, de 17 de janeiro de 2024, portador da Cédula de Identidade COMAER nº 506.767 e inscrito no CPF sob o nº 082.132.727-57, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **ZWI ENGENHARIA LTDA.**, inscrito no **CNPJ/MF sob o nº 16.843.624/0001-00**, sediado na Rua Estrada do Pau Ferro, nº 01218 – sala 0506, Freguesia (Jacarepagua), CEP: 22.745-056, Rio de Janeiro / RJ, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo **Sr. EWERTON DINIZ DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 21847404-7, expedida pela DETRAN-RJ, e CPF nº 118.154.797-01, tendo em vista o que consta no **Processo Desmembrado nº 67267.005915/2024-37** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, do *Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013*, bem como da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão nº 45/2023 (Processo Licitatório nº 67617.013551/2022-80)**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de manutenção e conservação de bens imóveis para o CRCEA-SE, referentes aos itens de forros/divisórias e piso cerâmico/porcelanato, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Item da Licit.	Descrição	Valor Unit.	Qtd.	Valor Total
17	Retirada de divisórias em chapas de madeira, com montantes metálicos	R\$ 30,82	340	R\$ 10.478,80
19	Forro em drywall, para ambientes residenciais, inclusive estrutura de fixação.	R\$ 60,60	160	R\$ 9.696,00
20	Remoção de trama metálica ou de madeira para forro, de forma manual, sem reaproveitamento.	R\$ 3,03	158	R\$ 478,74
22	Parede com placas de gesso acartonado (drywall), para uso interno, com duas faces simples e estrutura metálica com guias simples, sem vãos.	R\$ 76,39	344	R\$ 26.278,16
24	Massa corrida a base de PVA	R\$ 14,35	498	R\$ 7.146,30
25	Tinta látex econômica em superfície de gesso	R\$ 14,35	501	R\$ 7.189,35
275	Rodapé em poliestireno, altura 5 cm.	R\$ 79,00	70	R\$ 5.530,00
276	(Composição representativa) do serviço de contrapiso em argamassa traço 1:4 (cim e areia), em betoneira 400 l, espessura 3 cm áreas secas e 3 cm áreas molhadas, para edificação habitacional unifamiliar (casa) e edificação pública padrão.	R\$ 48,05	150	R\$ 7.207,50
277	Revestimento cerâmico para piso com placas tipo porcelanato de dimensões 60x60 cm aplicada em ambientes de área maior que 10 m².	R\$ 190,84	141	R\$ 26.908,44
278	Soleira em granito, largura 15 cm, espessura 2,0 cm.	R\$ 119,14	18	R\$ 2.144,52
279	Demolição de revestimento cerâmico, de forma mecanizada com martetele, sem reaproveitamento.	R\$ 16,60	287	R\$ 4.764,20
284	Revestimento cerâmico para parede, 10 x 20 cm, brilhante, Eliane, linha metrô white, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejuntado, exclusive regularização de base ou emboço	R\$ 152,57	296	R\$ 45.160,72
16	Remoção de forros de drywall, pvc e fibromineral, de forma manual, sem reaproveitamento.	R\$ 1,77	232	R\$ 410,64
17	Retirada de divisórias em chapas de madeira, com montantes metálicos	R\$ 30,82	292	R\$ 8.999,44
18	Divisória em granito branco polido, esp = 3cm, assentado com argamassa traco 1:4, arremate em cimento branco, exclusive ferragens	R\$ 722,18	15	R\$ 10.832,70
19	Forro em drywall, para ambientes residenciais, inclusive estrutura de fixação.	R\$ 60,60	319	R\$ 19.331,40
20	Remoção de trama metálica ou de madeira para forro, de forma manual, sem reaproveitamento.	R\$ 3,03	984	R\$ 2.981,52

21	Forro de pvc, liso, para ambientes comerciais, inclusive estrutura de fixação.	R\$ 69,42	344	R\$ 23.880,48
22	Parede com placas de gesso acartonado (drywall), para uso interno, com duas faces simples e estrutura metálica com guias simples, sem vãos.	R\$ 76,39	74	R\$ 5.652,86
24	Massa corrida a base de PVA	R\$ 14,35	1742	R\$ 24.997,70
25	Tinta látex econômica em superfície de gesso	R\$ 14,35	1224	R\$ 17.564,40
274	Rodapé cerâmico de 7cm de altura com placas tipo esmaltada extra de dimensões 60x60cm.	R\$ 21,13	564	R\$ 11.917,32
276	(Composição representativa) do serviço de contrapiso em argamassa traço 1:4 (cim e areia), em betoneira 400 l, espessura 3 cm áreas secas e 3 cm áreas molhadas, para edificação habitacional unifamiliar (casa) e edificação pública padrão	R\$ 48,05	462	R\$ 22.199,10
277	Revestimento cerâmico para piso com placas tipo porcelanato de dimensões 60x60 cm aplicada em ambientes de área maior que 10 m².	R\$ 190,84	309	R\$ 58.969,56
278	Soleira em granito, largura 15 cm, espessura 2,0cm.	R\$ 119,14	32	R\$ 3.812,48
279	Demolição de revestimento cerâmico, de forma mecanizada com martelete, sem reaproveitamento.	R\$ 16,60	397	R\$ 6.590,20
280	Composição representativa) do serviço de revestimento cerâmico para paredes internas, meia parede, ou parede inteira, placas tipo esmaltada extra de 20x20 cm, para edificações habitacionais unifamiliar (casas) e edificações públicas padrão.	R\$ 90,55	600	R\$ 54.330,00
281	Reboco	R\$ 39,08	1500	R\$ 58.620,00
282	Argamassa traço 1:3 (em volume de cimento e areia grossa úmida) para chapisco convencional, preparo manual.	R\$ 723,39	64	R\$ 46.296,96
283	Contrapiso em argamassa traço 1:4 (cimento e areia), preparo mecânico com betoneira 400 l, aplicado em áreas secas sobre laje, aderido, acabamento não reforçado, espessura 3cm.	R\$ 42,72	1000	R\$ 42.720,00
285	Argamassa traço 1:3 (em volume de cimento e areia grossa úmida) para chapisco convencional, preparo manual.	R\$ 723,39	158	R\$ 114.295,62
286	(Composição representativa) do serviço de emboço/ massa única, aplicado manualmente, traço 1:2:8, em betoneira de 400l, paredes internas, com execução de taliscas, edificação habitacional unifamiliar (casas) e edificação pública padrão.	R\$ 42,52	668	R\$ 28.403,36
287	Demolição de revestimento cerâmico, de forma manual, sem reaproveitamento.	R\$ 30,82	500	R\$ 15.410,00
288	Demolição de rodapé cerâmico, de forma manual, sem reaproveitamento.	R\$ 3,52	554	R\$ 1.950,08
289	Remoção de piso de madeira (assoalho e barrote), de forma manual, sem reaproveitamento	R\$ 33,09	366	R\$ 12.110,94

290	Argamassa traço 1:3 (em volume de cimento e areia média úmida) para contrapiso, preparo mecânico com betoneira 400 l.	R\$ 664,64	72	R\$ 47.854,08
296	Revestimento cerâmico para piso com placas tipo porcelanato de dimensões 45x45 cm aplicada em ambientes de área maior que 10 m².	R\$ 165,74	211	R\$ 34.971,14
TOTAL				R\$ 828.084,71

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 13/08/2024 e encerramento em 13/08/2025.

2.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

2.2. A execução dos serviços será iniciada com o recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada, cujas etapas observarão o cronograma fixado na Ordem de Serviço a ser emitida.

2.2.1. O prazo de execução deste contrato é de 90 dias e será iniciada em 13/08/2024, cujas etapas observarão o cronograma físico-financeiro.

2.3. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ 828.084,71 (oitocentos e vinte e oito mil oitenta e quatro reais e setenta e um centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:0001/120069

Fonte: 1050A00008

Programa de Trabalho: 05 151 6112 20XV 0001

Elemento de Despesa: 339039

Plano Interno: SCEA04ADM05

Nota de Empenho: 2024NE001516 / 2024NE002021

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. O desconto sobre os preços inicialmente contratados é fixo e irrevogável pelo prazo de um ano contado da data do orçamento a que a proposta se referir.

6.2. Para todos os efeitos, considerar-se-á como marco inicial para contagem da anualidade do reajustamento a data-base de elaboração da planilha orçamentária.

6.3. A aplicação do reajuste dependerá de solicitação da contratada durante o prazo de vigência contratual e antes de efetivada a entrega do objeto contratual.

6.4. Os preços contratados obedecerão aos valores expressos nas Tabelas referenciais SINAPI - São Paulo do mês janeiro do ano de 2023 e demais tabelas referenciais.

6.5. Para cada emissão da Ordem de Serviço deverá(ão) ser considerado(s) o(s) valor(es) da última tabela(s) referencial(is) publicada(s);

6.6. Independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços devem ser os expressos nas tabela SINAPI e demais tabelas referenciais, não havendo qualquer outro reajuste previsto para o contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pois os serviços não envolverão elevada complexidade técnica ou riscos financeiros consideráveis, uma vez que serão contratados quando constatada a necessidade de sua execução.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA – SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN SEGES/MP nº 05, de 2017.

14.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

14.3. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto nº 7.983/2013.

14.4. Para o objeto ou parte do objeto contratual sujeita ao regime de empreitada por preço unitário, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência utilizado na forma do Decreto nº 7.983/2013, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda colocada na licitação.

14.5. O serviço adicionado ao contrato ou que sofra alteração em seu quantitativo ou preço deverá apresentar preço unitário inferior ao preço de referência da administração pública divulgado por ocasião da licitação, mantida a proporcionalidade entre o preço global contratado e o preço de referência, ressalvada a exceção prevista no subitem anterior e respeitados os limites do previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária de São Paulo/SP - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato vai assinado eletronicamente pelos contratantes, depois de lido e achado em ordem, e por duas testemunhas.

Data conforme assinatura digital.

FÁBIO LOURENÇO CARNEIRO BARBOSA Ten Cel Av
Ordenador de Despesas

EWERTON DINIZ DA SILVA
Representante Legal da CONTRATADA

JULIANA ARAUJO FORTE 1º Ten Int
Agente de Controle Interno

RAFAELA CARVALHO TRICOTE DOS SANTOS OLIVEIRA Cap Esp
Gestora do Contrato



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO Nº 061/GAPSP-CRCEASE/2024 08/08/2024
Data/Hora de Criação:	06/08/2024 21:21:11
Páginas do Documento:	7
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	8
Hash MD5:	af8d7042ff94d36ffb0d018b1f7b5806
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten JULIANA ARAUJO FORTE no dia 06/08/2024 às 18:46:45 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap RAFAELA C. TRICOTE DOS SANTOS OLIVEIRA no dia 07/08/2024 às 14:26:27 no horário oficial de Brasília.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO Nº 061/GAPSP-CRCEASE/2024 13/08/2024
Data/Hora de Criação:	08/08/2024 17:44:37
Páginas do Documento:	8
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	9
Hash MD5:	e724ce1fe11eb1250d3f08c9f5bf8ca2
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap RAFAELA C. TRICOTE DOS SANTOS OLIVEIRA no dia 08/08/2024 às 17:21:58 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten JULIANA ARAUJO FORTE no dia 08/08/2024 às 17:40:53 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Av FÁBIO LOURENÇO CARNEIRO BARBOSA no dia 09/08/2024 às 11:17:34 no horário oficial de Brasília.